

Os professores/educadores que lecionam nos concelhos de Almada e Seixal, reunidos em plenário no dia 30 de janeiro de 2012 na Sede do Agrupamento de Escolas Romeu Correia, **rejeitam por unanimidade** a proposta de Revisão de Estrutura Curricular apresentada pelo Ministério de Educação e Ciência pelos seguintes motivos:

1. Não se trata de uma revisão curricular mas sim de um plano de poupança à custa do desemprego docente e da qualidade da formação integral dos jovens, conforme demonstrado pelo facto de se limitar a fixar novas cargas horárias para as disciplinas sem ter por base a definição de novas metas, objetivos e conteúdos programáticos.
2. Subalterniza áreas que contribuem para a formação integral dos alunos, numa lógica arrogante que conduz à divisão de disciplinas em categorias de primeira e segunda, quando não é o caso de as eliminar pura e simplesmente.
3. Desumaniza o ensino, reduzindo-o a aquisição de conhecimentos e menosprezando áreas que investem na aquisição de valores.
4. Desmascara-se em si próprio quando aponta o critério diminuir a dispersão curricular e se contradiz dividindo Educação Visual e Tecnológica em várias disciplinas (Educação Visual, Educação Tecnológica e Tecnologias da Informação e Comunicação). A eliminação do par pedagógico impede/reduz a possibilidade que a disciplina assuma um carácter mais prático, impossibilitando o apoio individualizado e reduzindo a qualidade do ensino, salientando que em muitas turmas existem alunos com necessidades educativas especiais. De referir ainda a dificuldade de gerir os materiais (de corte, elétricos, ...) com um só professor face a uma turma de 28 alunos, com nítido prejuízo para a segurança dos alunos que passa a ficar em risco.
5. Simula erigir o ensino científico como bandeira e afinal compromete irremediavelmente a sua qualidade e até a segurança dos alunos quando elimina as aulas experimentais em Ciências da Natureza, segundo ciclo, e aponta um sistema obscuro de diminuição de turnos no terceiro ciclo em Ciências Naturais e Físico-Química, bem como, a eliminação de meio bloco no secundário.
6. Elimina a Formação Cívica pretendendo que passará a ter um carácter transversal a todas as disciplinas, renunciando destino semelhante à Educação Sexual a que a Lei obriga e que nunca até hoje foi implementada na globalidade.

7. Elimina Estudo Acompanhado reduzindo as oportunidades de apoiar o estudo de alunos que não tenham a possibilidade de ser apoiados e orientados no seu meio familiar.
8. Visa apenas um corte de 102 000 000 € (cento e dois milhões de euros) propostos no Orçamento de Estado, que na educação se traduzirá no desaparecimento de dez a doze mil horários e que trará como consequência perda da qualidade do ensino e desqualificação das futuras gerações.

Face ao apresentado, consideram que:

1. Uma verdadeira consulta pública numa questão de tão importante dimensão não se compagina com um curtíssimo prazo de pouco mais de trinta dias, pelo que este deveria ser alargado significativamente.
2. Nenhuma Revisão Curricular deveria limitar-se a alterações de cargas horárias, devendo antes basear-se na reformulação de metas, objetivos e conteúdos programáticos, a partir de uma avaliação rigorosa do sistema em vigor que permitisse fazer um diagnóstico e definir novos rumos para a Educação.
3. Nunca uma reforma digna desse nome poderá submeter as questões de ordem pedagógica a critérios de ordem financeira e administrativa.

Almada, 30 de janeiro de 2012